Plano de Ação Económico e Social para Combate ao COVID-19

Uma iniciativa

AIGB
Câmara da Indústria

THE AFROCHAMPIONS INITIATIVE

Apoio

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS IMPORTADORES E EXPORTADORES DA GUINÉ-BISSAU

Índice

- Enquadramento 2
- Ecossistema Empresarial 5
- Estratégia para o Relançamento do Sector Empresarial 7
- Níveis estratégicos de Intervenção para o Plano de Ação 12
- Roteiro de Iniciativas 14
- Nota Final 19

Enquadramento

Nos últimos anos a Guiné-Bissau tem desenvolvido um conjunto de documentos de elevada qualidade para nortear o processo de desenvolvimento e combate à pobreza. Esses documentos demonstram uma visão clara do caminho necessário percorrer para alcançar o almejado progresso económico e social. Os vários documentos desenvolvidos ao longo dos anos têm uma articulação coerente do caminho a seguir, começando pelo Estudo Prospetivo Nacional a Longo Prazo, "DJITU TEN", Guiné-Bissau 2025, desenvolvido em 1996, sob a chancela do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) que, por sua vez, alimentou muito do processo de elaboração do DENARP I e DENARP II.

Não obstante a visão clara do caminho a seguir para um desenvolvimento sustentado e harmonioso do país, a Guiné-Bissau não foi capaz de implementar os referidos planos. Em 2015, o Plano Estratégico e Operacional Terra Ranka surge como uma tentativa nacional de resgate da visão 2025 e aproximar o país do ideal de desenvolvimento sonhado há algumas décadas atrás. Recentemente, Junho 2020, foi elaborado um programa de financiamento à economia denominado Hora Tchiga – Estratégia para o Desenvolvimento, Emprego e Fomento Industrial 2020-2024. Assim, o ano 2025 representa uma meta não só programática, como também de forte esperança no alcance de uma vida condigna para o grosso da população da Guiné-Bissau.

A pandemia provocada pelo COVID-19 surge como, provavelmente, o maior desafio social e económico nos últimos 20 anos para a Guiné-Bissau. No entanto, esta crise tem demonstrado a capacidade de resiliência dos guineenses, que com parcos recursos têm conseguido evitar uma situação catastrófica, perante um sistema de saúde por si já débil e disfuncional, agravado por uma economia frágil e fortemente dependente do exterior.

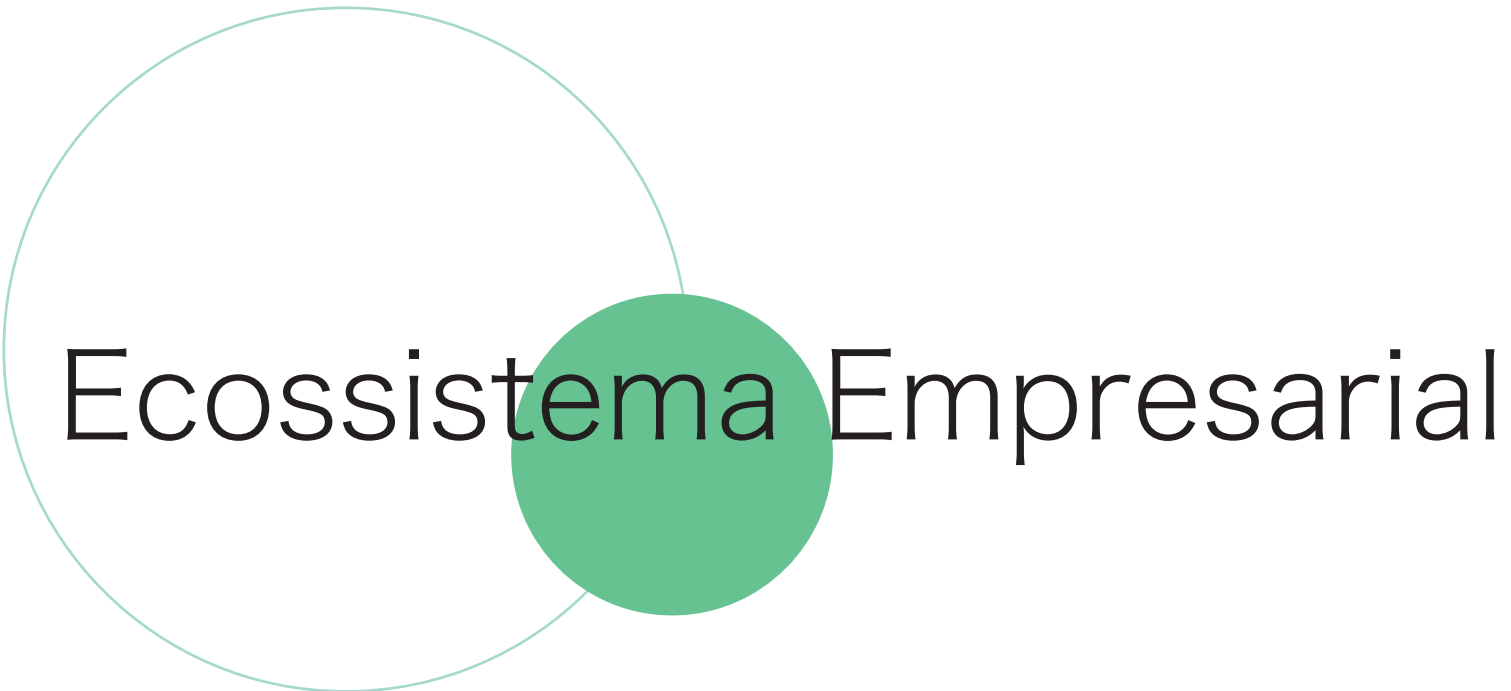
Este documento, surge como uma iniciativa conjunta da AfroChampions, Câmara da Indústria e demais entidades do sector privado, associativo, sindicatos e Organizações Não Governamentais (ONGs), no sentido de desenvolver um conjunto de estratégias que permitam apoiar diretamente a população guineense, através da criação de mecanismos de intervenção e plataformas de atuação que envolvam a classe empresarial, jovens e mulheres, na procura de soluções conjuntas.

Pretendemos contribuir com uma proposta inovadora para enfrentar a crise, recorrendo a opções que permitam reconstruir a nossa sociedade de forma melhor e mais sustentável. Com esta iniciativa procuramos conceber uma abordagem em que os atores sociais,
empresas e ONGs, jovens e mulheres, colaboram no sentido de criar as bases para uma narrativa diferente no processo de desenvolvimento.

Este desafio pandémico é também uma oportunidade de fazermos melhor, de criarmos as bases para uma Guiné-Bissau positiva, em que os recursos naturais são explorados de forma sustentável e ambientalmente responsável, em que as mulheres e jovens assumem a liderança dos processos de desenvolvimento, em que cada um dos guineenses tem melhores condições objetivas para se aproximar do seu potencial humano.

Pois, entendemos que esta crise não pode ser vista apenas do ponto de vista sanitário, apesar de ser a componente mais imediata e urgente, mas deve também ser vista em termos socioeconómicos. Para além dos desafios colocados ao sistema nacional de saúde, a crise obriga a respostas em outras dimensões da vida humana, como a educação, economia, justiça social, ambiente, entre outros. Como continuar a educar a população quando as boas práticas sanitárias obrigam ao afastamento social, como garantir crescimento económico quando o confinamento obriga ao fecho de empresas, como garantir a justiça social quando a redistribuição de riqueza é destinada maioritariamente para urgência de saúde.

O esforço de relance das economias, a nível internacional, tem sido feito com base em medidas governamentais robustas, inovadoras e transversais sem precedentes, com investimentos na ordem de 10 a 15% do Produto Interno Bruto (PIB) de cada país, havendo mesmo alguns, como é o caso do Japão, a aproximar dos 20% do PIB.
Esta é uma nova realidade que temos de procurar compreender, adaptar as nossas práticas e forma de estar em sociedade, para conseguirmos enquanto Estado, uno e indivisível, ultrapassar os desafios que esta crise nos coloca sem data para seu termo.


Ecossistema Empresarial

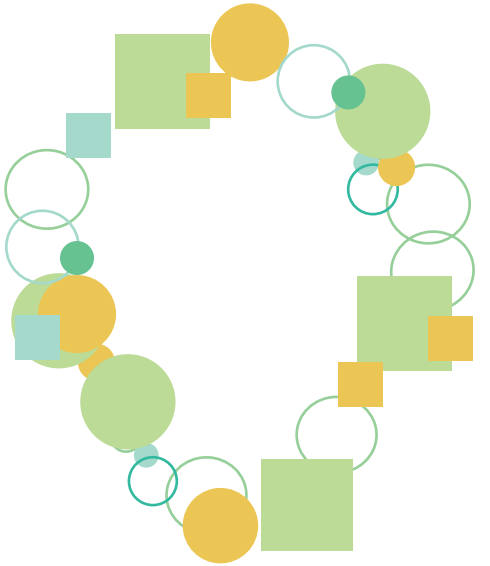
O sector empresarial, no sentido lato do termo inclui empresas formais, informais e empreendedores em nome individual, é o maior empregador da Guiné-Bissau, contribuindo fortemente para o processo de criação da riqueza e crescimento económico necessário ao financiamento dos programas de desenvolvimento. A presente crise sanitária constitui um forte desafio para a classe empresarial, uma vez que esta já se encontrava debilitada pela falta de infraestruturas básicas, subfinanciada e à mercê da instabilidade política que tem assolado o país nas últimas 3 décadas.

O tecido empresarial é constituído maioritariamente por pequenas e médias empresas, muitas de cariz familiar, pelo que, os agregados familiares são fortemente sensíveis a choques na atividade económica, devido à falta de poupanças e de mecanismos governamentais de apoio social.

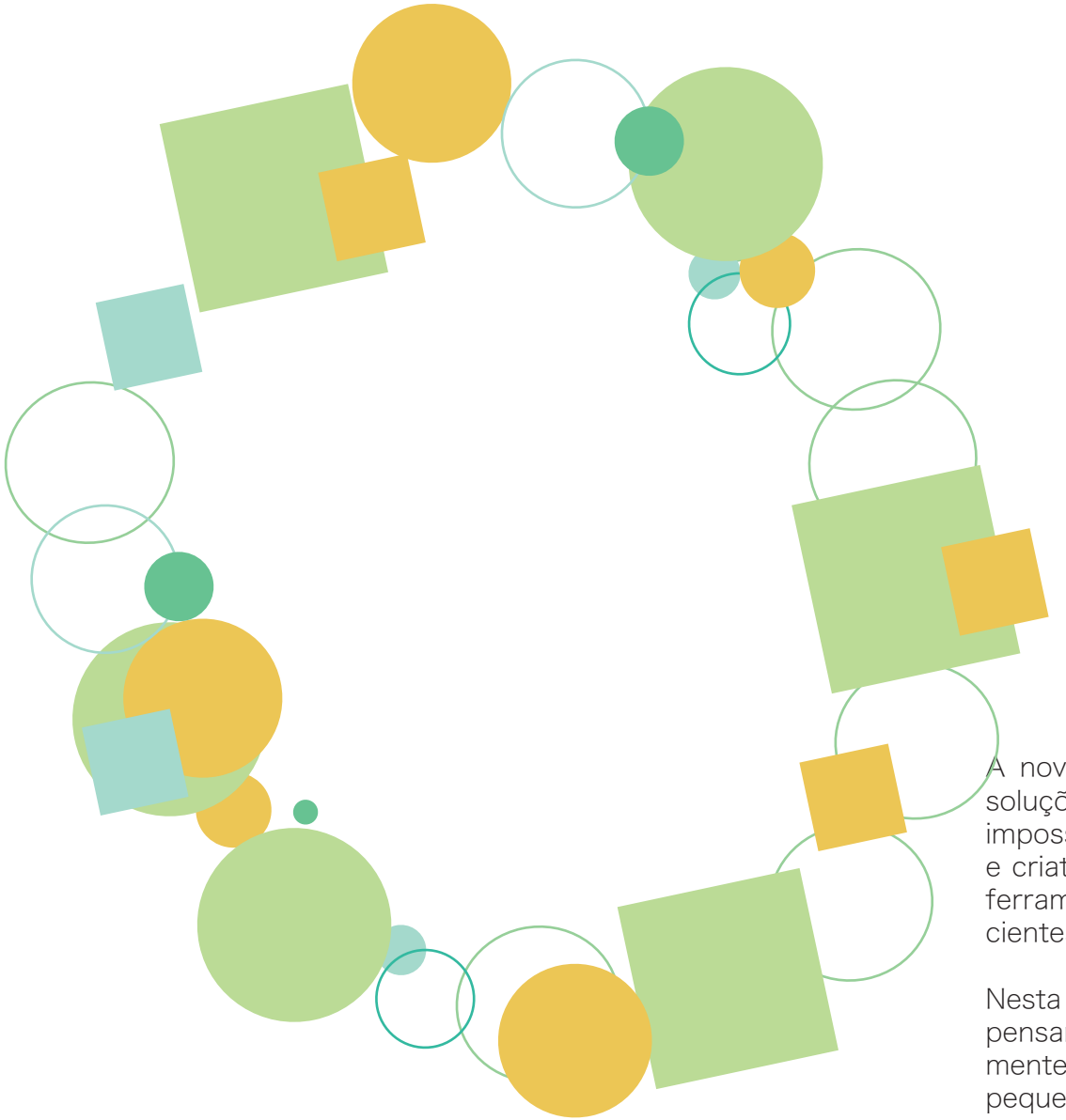
Através de programas recentes de apoio ao emprego jovem e empreendedorismo, têm surgido iniciativas promissoras de empresas inovadoras, nos diversos sectores de atividade, com especial ênfase em tecnologias, desmaterialização de serviços, pequena indústria e serviços.

São áreas que parecem ter iniciado agora uma dinâmica de implantação, em especial na cidade de Bissau, que demonstram a capacidade de atuação dessa franja vigorosa da nossa sociedade. Com apoios concretos, poderão num futuro próximo vir a assumir uma posição relevante de motor de inovação e crescimento na nossa economia.

As mulheres são o centro da nossa economia, pois, enquanto agentes económicos demonstram ser mais resilientes e dedicadas a pequenos negócios que garantem o sustento de famílias inteiras, bem como a funcionalidade da nossa economia no que toca ao abastecimento de bens alimentares frescos (horticultura, frutas, carne e peixe), vestuário, restauração, serviços e pequenas indústrias alimentares de transformação. Assim, o desenvolvimento sustentado da nossa economia não pode ser almejado sem que as mulheres assumam uma posição de destaque, devendo-se criar soluções de e para mulheres, através de uma participação inclusiva e em pé de igualdade nos processos de conceção de estratégias económicas e políticas.



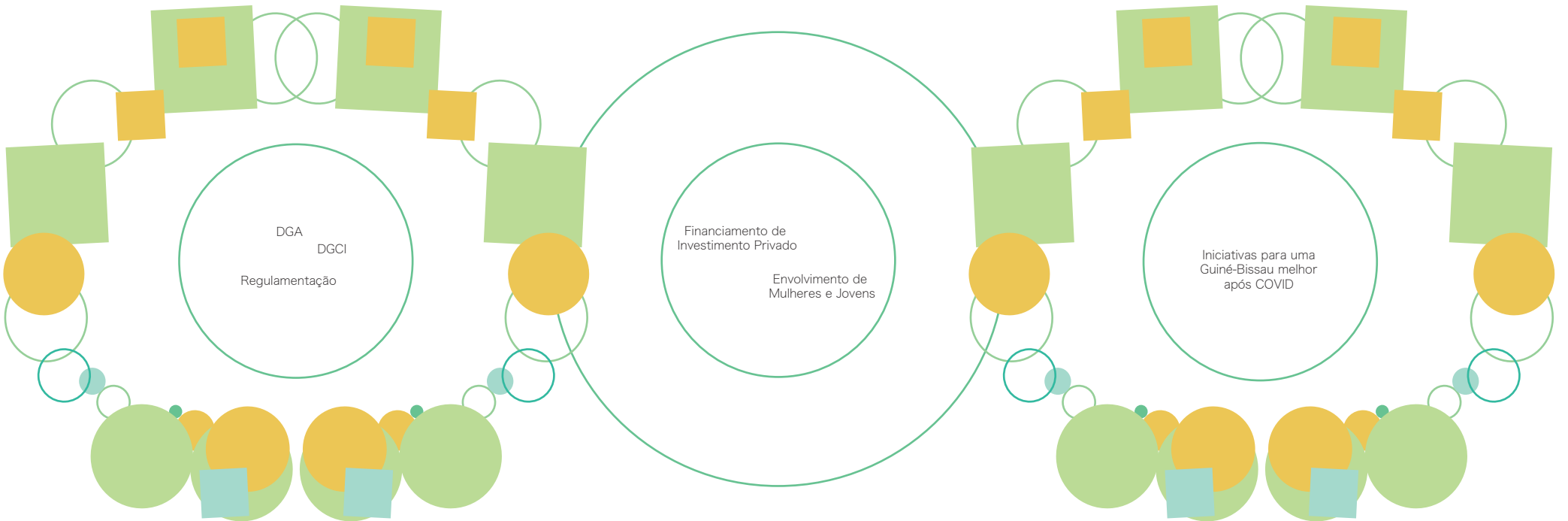
Estratégia para o Relançamento do Sector Empresarial



A nova realidade social e económica incubada pelo COVID-19 obriga a soluções criativas. É nosso entender que será muito difícil, ou mesmo impossível, contornar a presente crise sem fazer recurso a soluções novas e criativas. Este desafio tem um grau de dificuldade sem precedentes, as ferramentas e práticas tradicionalmente aplicadas não parecem ser suficientes.

Nesta ordem de ideias, propomos um conjunto de opções estratégicas que pensamos responder aos diversos níveis da nossa economia, verdadeiramente transversais, com pontos de intersecção entre grandes empresas, pequenas e médias empresas (PME), sector informal, mas também sectores tradicionalmente vistos como não económicos, como o ambiente e saneamento.

Assim, a nossa estratégia de contribuição para o reforço da capacidade de resposta da Guiné-Bissau está assente em 2 (dois) grandes eixos, que se intersetam ao longo do processo de execução, a saber (I) intervenção pública ao nível de medidas de reforço de capacidade de atuação dos privados e melhoria do ambiente de negócios (ii) financiamento da iniciativa privada com envolvimento de mulheres e jovens:



1º Eixo: Medidas públicas de reforço capacidade de privados e melhoria de ambiente de negócios

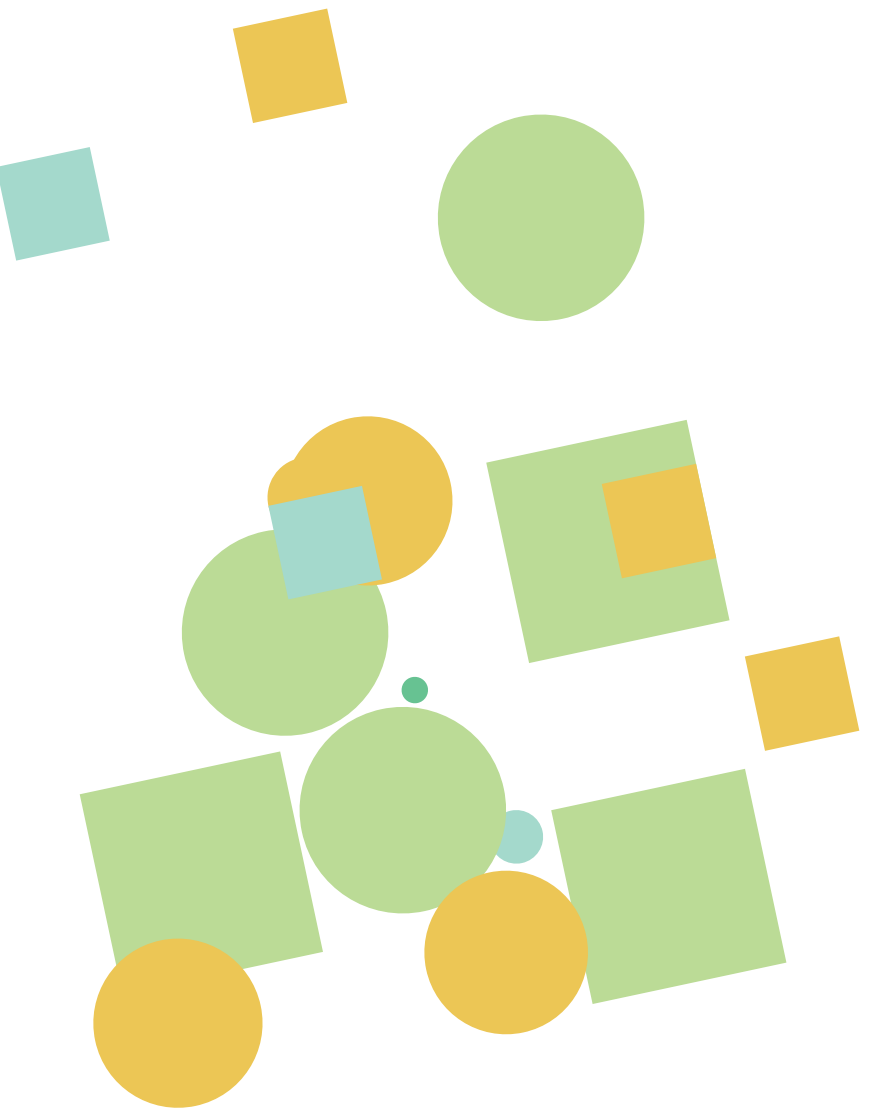
2º Eixo: Financiamento da iniciativa privada

Realidade pós COVID: "Guiné-Bissau reconstruída de forma melhor e sem deixar ninguém para trás"

Entendemos que é necessário que o Governo proceda a algumas mudanças administrativas e legais que permitam reforçar a capacidade de atuação do privado. As referidas mudanças são de fácil implementação por se tratarem, na sua grande maioria, de aspetos regulamentares que devem ser ajustados ao nível dos diversos serviços públicos. O conjunto de mudanças a implementar encontra-se detalhado no "Documento Orientador para um diálogo permanente entre sector empresarial e o governo" elaborado pela Câmara da Indústria aquando do Fórum Empresarial 2019. Uma vez aplicado o conjunto de medidas propostas no referido documento o setor privado guineense beneficiaria de um ambiente de negócios saudável e atrativo ao investimento estrangeiro.

As medidas propostas no eixo público criam as condições a curto prazo para fazer face aos efeitos do COVID na economia, nomeadamente manutenção dos postos de trabalho, e são complementadas a médio/longo prazo por reformas e programas em implementação, e financiadas por diferentes doadores, com o intuito de promover a melhoria do ambiente de negócios.

À semelhança dos países da nossa sub-região, é necessário que o Governo, apoiado pelos atores económicos e sociais, conceba um pacote coerente de medidas de revitalização da economia para garantir os postos de trabalho e empresas em funcionamento. Este esforço
deve partir do Orçamento Geral do Estado 2020.



Como anteriormente referido, a crise provocada pelo COVID é mais uma demonstração inequívoca de que temos de iniciar um novo paradigma no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau. É necessário aproveitar esta oportunidade para reconstruir melhor, para regenerar o tecido empresarial e social através de uma abordagem em que os jovens e mulheres assumam papel igual e equitativo, em que a preservação do ambiente e a resiliência às mudanças climáticas são uma preocupação transversal em tudo o que fazemos.

A abordagem proposta neste eixo deve ser empreendida com base na aprendizagem dos últimos anos, experiências bem-sucedidas, mas também dos vários insucessos, para em conjunto desenharmos soluções para as populações mais vulneráveis, talvez com recurso a transferência de dinheiro, microfinanças e inclusão financeira, aumento de oportunidades de negócio para jovens e mulheres em todas as áreas de intervenção, melhoria de condições de saneamento nos diversos bairros, tendo o ambiente como uma preocupação sempre transversal à nossa atuação.

O financiamento da iniciativa privada deverá ser através de subvenções e a- cesso a crédito, em condições não assegurados pelos produtos financeiros existentes no mercado e, necessárias para que as PMEs reúnam as capacidades fundamentais para promover uma reconstrução melhor e inclusiva do setor privado guineense, contribuindo, assim, para um desenvolvimento sustentável, não deixando ninguém para trás.

Através deste eixo pretende-se uma convergência de capacidades humanas e
institucionais para o fortalecimento da economia através do surgimento de uma classe empresarial de jovens e mulheres, ambientalmente conscientes e
determinados para uma exploração rentável, mas também, sustentável das potencialidades do país, contribuindo para uma melhor reconstrução do tecido empresarial. Ainda nesta senda, o tecido empresarial guineense deve ser envolvido, de forma ativa, nos esforços de infraestruturação dos serviços sociais e públicos, tais como a educação e a saúde, no combate ao COVID-19.

Níveis Estratégicos de Intervenção para o Plano de Ação

Para a execução do plano de ação propomos 4 (quatro) grandes conjuntos de ações, que são na prática ideias de intervenção com impacto relevante e, alinhadas com os dois eixos acima mencionados:

Decisões estratégicas que permitam manter os postos de trabalho no sector privado.

Revitalização de Empresas

Desenvolvimento de pequenas e médias empresas de jovens e mulheres

Porgrama de fomento de pequenas indústrias nos sectores da restauração, construção civil e agroindustrias.

Reforço de estruturas de microfinanças com abrangência nacional e mecanismos de transferência de dinheiro (cash transfer) para população vulnerável.

Microfinanças e transferência direta de dinheiro para população vulnerável

Melhoramento de serviços públicos ligados a sectores produtivos

Implementação de roteiro estabelecido pela classe empresarial no “Documento Orientador para um diálogo permanente entre sector empresarial e o governo;

Roteiro de Iniciativas

O conjunto de iniciativas propostas neste documento devem ser implementadas no prazo máximo de 2 anos, sendo que existe um conjunto de ações verdadeiramente urgentes que devem ser iniciadas ainda durante o exercício em curso. As demais iniciativas deverão ser iniciadas o mais tardar até ao final do 1º trimestre de 2021.

Revitalização de empresas	- Realocação do envelope de 15 mil milhões FCFA que havia sido destinado para a campanha de caju 2020 para programas de revitalização da economia, através da banca local, com o apoio de uma assistência técnica para ajudar na análise de risco e montagem de dossiers junto dos bancos comerciais. - Priorização de sectores particularmente afetados pela pandemia de forma a salvaguardar os empregos. Sectores prioritários: hotelaria, restauração, PME, pequenas indústrias, transportes, entre outros.	4º Trimestre de 2020
	- Devolução de crédito ACI e IGV com recurso a pacote diversificado de medidas, p.e. através de garantias bancárias, cartas de conforto, injeção de liquidez através de pagamento parcial, isenção de pagamento ACI e IGV para efeitos de compensação, etc.	
	- Reabilitação de Bissau Velho e outros bairros degradados de Bissau com recurso a modelos de negócio que permitam diluir ganhos económicos por várias empresas detidas por nacionais guineenses (direta e/ou indiretamente ligados ao processo de reabilitação e pós reabilitação)	1º Trimestre de 2021

Desenvolvimento de pequenas e médias empresas de jovens e mulheres	- Bolsas de empreendedorismo para o reforço ou criação de novos negócios detidos por jovens e mulheres, incluindo uma linha específica para fomento de negócios de produção de máscaras em massa.	1º Trimestre de 2021
	- Projeto de recolha de lixo assente no princípio de liberalização das oportunidades de renda associadas a resíduos sólidos.	
	- Projeto de construção de latrinas a nível nacional através de sistemas de "cash for work" (dinheiro por trabalho) como forma imediata de aliviar economicamente as famílias rurais ao mesmo tempo que se melhora as condições de saneamento.	
	- Campanha de reflorestação a nível nacional através de sistemas de " cash for work" (dinheiro por trabalho) como forma imediata de apoiar economicamente os jovens ao mesmo tempo que se criam condições de recuperação dos danos causados às florestas nacionais, nos últimos anos, e que levou a uma moratória no corte de árvores.	4º Trimestre de 2020
Microfinanças e transferência direta de dinheiro para população vulnerável	- Programas de transferência de dinheiro para população vulnerável, com especial destaque para as mulheres enquanto principal agente de criação de riqueza no seio do agregado familiar rural e semiurbano. O programa deverá também incluir agregados familiares de pessoal de saúde envolvidos no combate ao COVID-19.	4º Trimestre de 2020
	- Desenvolvimento de uma estrutura de microfinanças de referência para o apoio sustentado de populações rurais e reforço da inclusão financeira.	2º Trimestre de 2021

Melhoramento deserviços públicos ligados a sectores produtivos

O melhoramento dos serviços públicos é transversal e imprescindível a todos os níveis estratégicos, pois a atuação do Estado deve ser no sentido de criar condições para que os diversos agentes económicos e sociais consigam desempenhar a sua missão na plenitude.

No que toca ao Orçamento Geral de Estado 2020, recomendamos um conjunto de alterações importantes para sustentabilidade imediata do tecido económico, tais como (I) IGV na importação e ACI fixado em 0% para empresas com contabilidade em dia,(II) aumento do ACI para 10% para empresas sem contabilidade, (III) solucionar a usurpação de competências do Tribunal de Contas face ao sector privado e (iv) solucionar a normalização das faturas sem penalizar as empresas que têm contabilidade em dia.

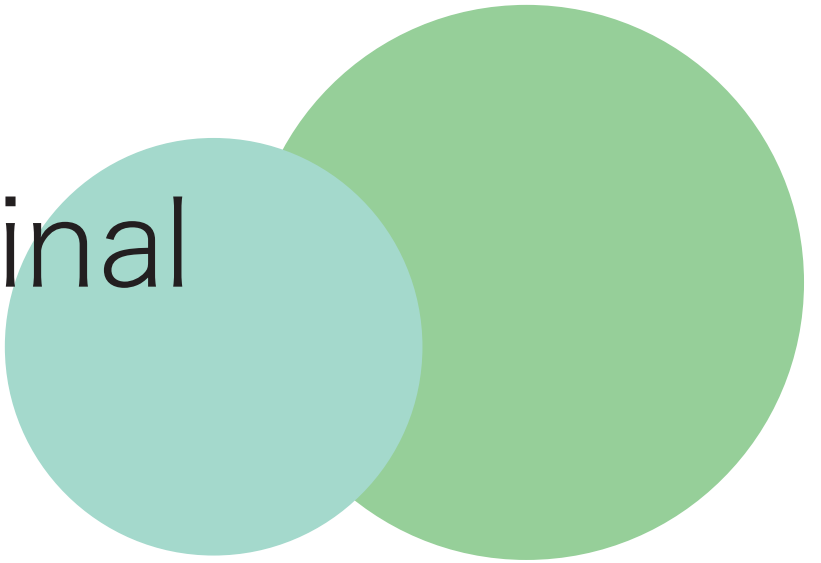
É importante um investimento sério na melhoria do sistema nacional de estatística pública, em particular para os sectores económicos, saúde e educação, como forma de melhor informar as estratégias e decisões públicas e privadas.

Outro ssim, é importante constituir-se um Conselho Nacional de Investimentos, com o respaldo ao mais Alto Nível do Estado, em que empresários e investidores, nacionais e estrangeiros, dialogam sobre grandes questões económicas e empresariais.
Ainda no âmbito da melhoria dos serviços públicos, torna-se impreterível desenvolver novos mecanismos de financiamento do investimento público, devendo-se, portanto, iniciar-se reflexões
relativas à criação de Fundo Estratégico de Desenvolvimento bem como taxas fundiárias para financiar o desenvolvimento de bairros de Bissau.

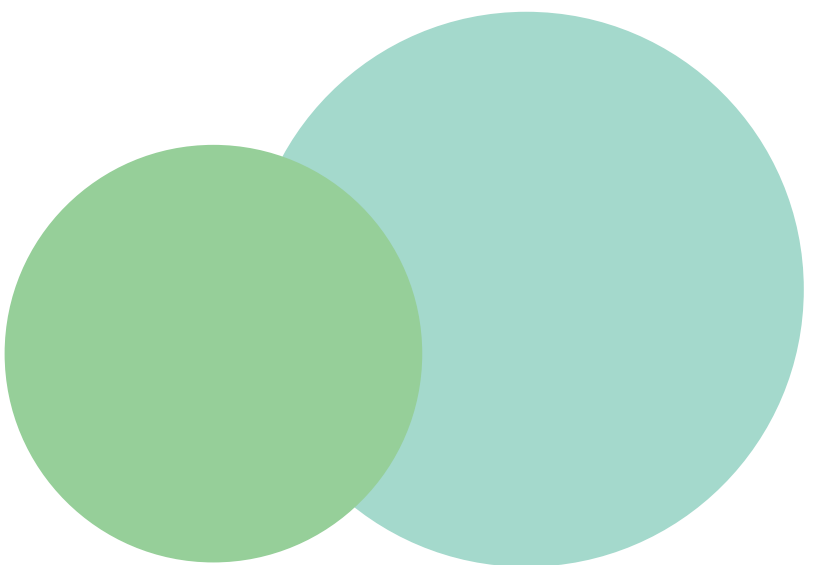
A implementação destas iniciativas será com a contribuição de vários atores convocados a participar, nomeadamente associações e câmaras do sector privado, sindicatos, ONGs, parceiros de desenvolvimento e Governo. Para cada uma das iniciativas será elaborado um documento de projeto específico, com detalhe de objetivos, beneficiários e conjunto de indicadores de performance.

As iniciativas acima indicadas estão em linha com a visão determinada pelo Programa Hora- Tchiga uma vez que contribui para (I) neutralizar os impactos socioeconómicos e (II) para a criação de bases para um desenvolvimento económico robusto e inclusivo.

Nota final



Os tempos atuais obrigam a abordagens diferentes das tradicionalmente aplicadas pelos decisores públicos, pois é necessária mais criatividade, pluralidade de atores e soluções transversais. Mas também a um compromisso mais sólido face ao processo de reconstrução nacional, para o qual estamos todos convocados, perante um mundo em rápida mutação. O sector privado, mulheres e jovens têm um papel importante, talvez mesmo primordial, no processo de desenvolvimento sustentado do nosso país. A pluralidade de intervenção necessária obriga, também, a uma parceria atuante entre sector privado, ONGs e centros de pesquisa.

A preservação dos postos de trabalho através da reversão urgente da tendência de falência da atividade privada, provocada pela pandemia, constitui a nossa principal preocupação. Para tal, é necessário criar condições para a convergência de esforços de empregadores, mas também dos sindicatos, do Governo e parceiros de desenvolvimento, através de mecanismos sólidos de revitalização económica.

A crise provocada pelo COVID-19 afigura-se como uma boa oportunidade para se construir melhor. Temos de saber aproveitar os fracassos e insucessos passados para mudarmos o paradigma de desenvolvimento, optando, desta vez, pela inclusão total do sector privado, das mulheres e jovens, para em conjunto fazermos recurso a medidas de exceção que nos permitirão materializar a almejada mudança de paradigma. De entre as medidas de exceção propomos uma renegociação da dívida pública em FCFA, para que o Governo tenha recursos necessários para o financiamento dos investimentos públicos e privados.